

Implicações da pecuária brasileira para a segurança alimentar: a ciência e o discurso do setor produtivo

Implications of Brazilian beef production for food security: scientific versus industry discourses

Janaína Micheline^a

Myanna Lahsen^b

^aDoutoranda em Ciência do Sistema Terrestre, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, SP, Brasil
End. Eletrônico: michelini_j@hotmail.com

^bPesquisadora Titular no Centro de Ciência do Sistema Terrestre, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, SP, Brasil
End. Eletrônico: myannal@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v7n3.2016.18525

Recebido em 22.06.2016

Aceito em 05.12.2016

ARTIGO - VARIA

RESUMO

Este artigo avalia como os atores do setor produtivo da pecuária bovina brasileira compreendem o papel desta atividade econômica na segurança alimentar em um contexto de reprimarização da economia. Com base em 12 entrevistas semiestruturadas com representantes da cadeia produtiva brasileira, realizadas entre os anos de 2013 e 2014, demonstra uma contradição entre as suas definições e as da literatura científica contemporânea: enquanto a literatura científica aponta cada vez mais a necessidade de reduzir a produção e o consumo de carne para fortalecer a segurança alimentar em longo prazo, os entrevistados apresentam a produção pecuária como essencial para garantir a segurança alimentar em níveis nacional e mundial. O artigo argumenta que o discurso do setor paradoxalmente coloca em risco a segurança alimentar do país.

Palavras-chave: Pecuária. Discurso. Segurança alimentar..

ABSTRACT

This article examines how actors involved in Brazil's beef production sector define the sector's role in food security in the context of re-primarization of the economy. Data drawn from 12 semi-structured interviews conducted between 2013 and 2014 with representatives of the sector show a contradiction between their framings of food security and those found in the scientific literature: while the latter increasingly stresses the need to reduce production and consumption of meat in order to strengthen food security in the long term, respondents present beef production as essential to ensure food security at the national and global levels. Findings therefore indicate that the sector's discourse paradoxically puts the country's food security at risk.

Keywords: Livestock. Discourse. Food security.

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário mundial, em que os impactos ambientais causados pelas ações humanas estão provocando profundas alterações globais, o debate sobre a segurança alimentar (SA) intensifica-se cada vez mais, pois a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que gera mudanças ambientais globais, também é impactada pelos efeitos dessas mudanças. A agropecuária contemporânea contribui substancialmente para a extrapolação dos limites planetários propostos por Rockstrom *et al.* (2009), enquanto que, em pleno século XXI, as estimativas indicam que cerca de 795 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas (FAO, 2015). Mais do que simplesmente aumentar a quantidade de comida, a humanidade lida com os desafios de produzir alimentos de uma forma ambiental e socialmente sustentável e, também, de desenvolver a capacidade política, logística e econômica de garantir aos mais pobres o acesso a esse alimento (GODFRAY *et al.*, 2010; FAO, 2011).

Mudanças recentes nos padrões alimentares mundiais transformaram o vertiginoso crescimento da demanda por carne e produtos lácteos em uma ameaça à segurança alimentar, pois a pecuária está relacionada a importantes impactos ambientais (HERRERO; THORTON, 2013). Essa atividade representa o uso mais ineficiente dos recursos naturais para a produção de proteína, assim como o que mais ameaça os ecossistemas, essenciais também para a sobrevivência da espécie humana (LAHSEN *et al.*, 2016; RANGANATHAN *et al.*, 2016).

Ao mesmo tempo, é importante considerar que as escolhas alimentares são influenciadas não só por fatores socioeconômicos, mas também por questões culturais e religiosas, variando tanto nacionalmente como individualmente. Há evidências de que o aumento do consumo de carne acompanha o crescimento da renda até certo nível de rendimento. Após a superação desse nível e também com o aumento no grau de instrução, a tendência seria a diminuição do consumo, resultando em uma “segunda transição nutritiva” de grande escala na qual a proteína de origem animal tende a ser substituída por proteínas à base de plantas (VRANKEN *et al.*, 2014).

Diferentes estudos científicos interdisciplinares analisam as contribuições de um possível deslocamento das dietas promovendo a diminuição do consumo de carne como uma alternativa para o enfrentamento das mudanças ambientais globais e da insegurança alimentar (FOLEY *et al.*, 2011; STEHFEST *et al.*, 2009; WESTHOEK *et al.*, 2014). Por exemplo, Stehfest *et al.* (2009) argumentam que o deslocamento para uma dieta com menos carne, seguindo a recomendação de consumo dos órgãos de saúde, poderia “poupar” 2,7 milhões de hectares de pastagem e mais 100 milhões de hectares de áreas com culturas destinadas à alimentação animal, que poderiam ser dedicados à regeneração vegetal e, também, contribuiria para uma redução significativa das emissões de gases de efeito estufa mundiais.

No entanto, seguindo um direcionamento oposto a este, e acompanhando a sinalização de um mercado crescente, a cadeia produtiva da carne bovina brasileira passou por uma recente reestruturação, com forte incentivo governamental, visando ao fortalecimento da comercialização dessa commodity. Um resultado dessa reestruturação é o crescimento expressivo das exportações de carne bovina, que saltaram de 326.323 para 1.399.259 toneladas entre os anos 1999 e 2015 (ABIEC, 2015). Porém, esse crescimento ocorreu a partir de uma pecuária predominantemente extensiva. Atualmente, as pastagens ocupam uma grande área do território brasileiro, cerca de 172.330.000 de hectares (IBGE, 2006), sendo que a maior parte apresenta algum grau de degradação (SILVA, 2008). Com esse perfil, a pecuária nacional é associada a importantes impactos ambientais, como a emissão de gases de efeito estufa (BUSTAMANTE *et al.*, 2012), a degradação do solo e o assoreamento dos mananciais e cursos de água (MACEDO *et al.*, 2000).

Essa reestruturação da cadeia produtiva voltada à exportação está integrada ao fenômeno de “reprimarização” da economia brasileira (DELGADO, 2013), caracterizado pela ancoragem da economia nacional em produção de *commodities* que foi retomado em meados da década de 1990. Esse fenômeno levou a um fortalecimento do agronegócio nacional, “sustentado com o apoio ostensivo de legislações, jurisprudências, normas e recursos bilionários do Estado brasileiro, com muita frequência, em prejuízo de direitos difusos, de minorias, e de demandas democráticas e garantias trabalhistas” (TEIXEIRA, 2013, p. 26).

Considerando esse contexto, o objetivo do presente artigo é analisar como os representantes do setor produtivo da pecuária de corte nacional avaliam o papel dessa atividade econômica perante o desafio da segurança alimentar. A partir da realização de entrevistas semiestruturadas e com base na análise

do discurso, identificamos uma contradição entre as definições do conceito de segurança alimentar na literatura científica contemporânea e os entendimentos expressos pelos atores entrevistados, representantes de instituições-chaves do setor. Enquanto a literatura científica aponta cada vez mais a necessidade de reduzir a produção e o consumo de carne para fortalecer a segurança alimentar em longo prazo, mais de 80% dos entrevistados explicitamente apresentaram a produção pecuária como essencial para garantir a segurança alimentar em níveis nacional e mundial.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR: NOVA ABORDAGEM EM UM CONTEXTO DE LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA

Garantir alimento para toda a população humana é um desafio que a sociedade enfrenta há muito tempo. Para além das questões relacionadas ao crescimento populacional e à quantidade de alimento produzido, a fome – e o seu enfrentamento – é uma questão política e econômica.

No período após a Primeira Guerra Mundial, a segurança alimentar passou a ser uma preocupação premente na Europa e a sua interpretação tinha estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a soberania alimentar de cada país. Essa interpretação estava relacionada ao momento histórico que aquele continente vivenciava e evitava a vulnerabilidade dos países perante possíveis embargos ou boicotes por razões políticas ou militares (MALUF *et al.*, 2001).

Essa proposta de SA foi perpetuada até o início da década de 1970, período em que houve uma grande quebra de safras e os estoques de alimentos estavam reduzidos. Em 1974, durante a primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, prevaleceu a ideia de que a segurança alimentar estava quase exclusivamente ligada à capacidade de produzir alimentos, fortalecendo o argumento da indústria química a favor da Revolução Verde, que prometia aumentar a produção a partir do uso intensivo de insumos agrícolas (MALUF *et al.*, 2001). Observava-se, assim, a evolução de um processo que culminaria em uma nova elaboração discursiva em relação à segurança alimentar, enraizada na política de liberalização.

Na agricultura, a liberalização teve início em 1986 na “Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais”, com forte influência dos EUA. Os EUA propalavam a autossuficiência e segurança alimentar como conceitos distintos, sendo a segurança alimentar a capacidade de adquirir alimento sempre que necessário, o que seria mais fácil a partir de uma gama de fornecedores do mercado mundial do que pela autossuficiência, definida como dependência exclusiva na produção nacional (McMICHAEL, 2001). A partir do direcionamento dos excedentes para os países do Sul, buscou-se politicamente bloquear o aumento de subsídios agrícolas nacionais praticados pelos governos de diversos países e, também, gerenciar a crise de superprodução decorrentes das políticas agrícolas dos Estados Unidos e da Comunidade Europeia. Após oito anos de negociações, a Rodada do Uruguai mudou definitivamente a forma de produzir, comercializar e consumir produtos agropecuários e foi considerada o maior acordo comercial da História. As reformas implementadas incluíram a redução da proteção do comércio, dos subsídios agrícolas e da intervenção do governo.

Depois do grande acordo da Rodada Uruguai buscou-se cada vez mais combater a fome, a desnutrição, e os riscos de insegurança alimentar nacional por meio da política dos preços das *commodities*. Assim, as políticas de desenvolvimento concentraram-se na intensificação do comércio internacional, sob a regência da Organização Mundial do Comércio (OMC) e com intervenções do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) (McMICHAEL, 2005).

Essas alterações ocorridas na agropecuária nas últimas décadas fazem parte do contexto maior de globalização – o “fato de que estamos cada vez mais vivendo em um mesmo mundo, de modo que os indivíduos, grupos e nações se tornaram cada vez mais interdependentes” (GIDDENS, 2012, p. 102), e uma nova divisão internacional do trabalho que transforma as empresas multinacionais em atores centrais (SANTOS, 2002). Assim, as produções nacionais de alimentos tornaram-se gradualmente mais integradas em um sistema alimentar mundial que, por sua vez, envolve volumes e valores cada vez maiores. Essas alterações desencadearam o aumento da importação de alimentos pelos países em desenvolvimento, a priorização pela produção de produtos agrícolas para atender ao mercado externo, o crescimento da comercialização de alimentos processados e, o mais marcante, a ampliação da participação das corporações transnacionais no setor de alimentos (CLAPP; FUCHS, 2009).

Guiada pela lógica de acumulação de capital financeiro, a reprimarização da economia da América – também chamada de “Consenso das *commodities*” (SVAMPA, 2013), leva à monocultura, à superexploração dos recursos naturais e à destruição da biodiversidade. Leva também a novas formas de dependência e dominação nas sociedades, à concentração de terra e à reconfiguração dos territórios. Em muitos países periféricos, inclusive no Brasil, essa lógica desmantelou os modos locais de produção, fato alarmante se considerarmos que, ocupando apenas 30% da terra destinada à agricultura no Brasil, os pequenos produtores são responsáveis pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (CLEMENTS; FERNANDE, 2013).

Além de levarem a uma homogeneização da cultura alimentar mundial, esses fatores somados resultaram em graves consequências para a segurança e a autonomia alimentar na América Latina (CARVALHO, 2013); resultaram na persistência da fome mundial, mesmo após as promessas relacionadas à revolução verde e à integração mundial dos meios de produção e comercialização. Surgindo nesse contexto, o discurso da segurança alimentar legitimou uma agricultura mundial subordinada ao capital (McMICHAEL, 2005).

3 METODOLOGIA

Este estudo é parte da tese de doutorado da primeira autora, que buscou investigar as produções discursivas dos atores de diferentes setores da sociedade sobre a sustentabilidade da pecuária bovina de corte brasileira e, também, compreender as novas formas de mobilização política que emergem diante da atual configuração do sistema alimentar mundial. A investigação aqui apresentada se deu a partir da análise de 12 entrevistas semiestruturadas realizadas nas cidades de São Paulo e Belém, no período entre outubro de 2013 e novembro de 2014. Compõem o grupo de entrevistados os representantes das três maiores empresas nacionais processadoras de carne, os representantes de duas associações nacionais das indústrias do setor, os representantes de seis associações de produtores e o representante de uma associação formada por atores de todos os elos da cadeia da pecuária no Brasil. Tais entrevistas representam uma subseção das 34 realizadas para a elaboração da tese com uma gama mais diversa de atores (*stakeholders*), que incluiu também representantes de órgãos governamentais e de organizações não governamentais ativistas.

A seleção dos entrevistados teve como ponto de partida o convite aos signatários do pacto da pecuária, resultado da iniciativa “Conexões Sustentáveis: São Paulo-Amazônia”, desenvolvida ao longo do ano de 2008 e liderada pelo Movimento Nossa São Paulo e pelo Fórum Amazônia Sustentável, com Secretaria-Executiva exercida pelo Instituto Ethos. Embora essa iniciativa propusesse uma conexão entre uma única cidade brasileira e a região da Amazônia Legal, a consideramos relevante como referencial inicial por reunir “atores-chaves” que apresentam uma intensa participação nos debates e ações relacionados à sustentabilidade da pecuária bovina de corte em todo o território nacional. Ainda, como a coleta de dados deste estudo começou aproximadamente cinco anos após a assinatura do pacto da pecuária, a contribuição desses atores sociais aconteceu a partir de experiências já vivenciadas, na perspectiva de sujeitos participantes e atuantes no processo das recentes transformações do setor pecuário bovino de corte nacional.

Após os contatos iniciais com representantes das instituições signatárias, foram descartadas aquelas que não deram retorno, que não quiseram participar da pesquisa ou que os seus representantes alegaram indisponibilidade na agenda. A partir desse grupo inicial, obtivemos indicações para mais atores, conforme o método “bola de neve”, que se encerra quando informações originais ou novas pistas relevantes para o processo de investigação não se apresentam mais (REA; PARKER, 2000).

4 ANÁLISE DO DISCURSO E O “DISCURSO DO AGRONEGÓCIO” BRASILEIRO

Adotamos uma abordagem discursiva, na linha da teoria de Foucault e, de acordo com o proposto por esse autor, consideramos o discurso não como uma representação do real, mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2012, p. 60); consideramos também que as “verdades” – tais como definições discursivas da segurança alimentar – são construções históricas ligadas a práticas sociais e mergulhadas em relações de poder e, portanto, constituem

propostas permanentemente em construção que devem ser interpretadas a partir de múltiplas forças sociais e diferentes interesses.

Na análise aqui proposta, o “discurso do agronegócio” na literatura contextualiza os fundamentos das argumentações dos nossos entrevistados, considerando que a pecuária é um setor consolidado do agronegócio nacional, mas com particularidades inerentes à atividade que lhe imprimem uma dinâmica característica. O crescimento das atividades ligadas ao setor primário da economia em nosso país, mais especificamente no âmbito do setor agrícola, é um fenômeno conectado a um processo complexo de formação discursiva, “ligado à capacidade de reprodução e de renovação do discurso da classe política vinculada à posse da terra, presente historicamente no contexto nacional e que soube renovar-se de maneira bastante significativa” (PORTO, 2014, p. 26).

Resgatando o conceito de “discurso da verdade” de Foucault, Porto (2014) identifica o agronegócio brasileiro com um discurso poderoso e persuasivo que serve interesses específicos de uma classe política historicamente vinculada à posse da terra, apontando que este “discurso da verdade” adotado pelo setor do agronegócio brasileiro integra:

(i) a disputa pela ideia de “sustentabilidade”, (ii) a narrativa da modernização, (iii) a bandeira do combate à fome, e (iv) mais recentemente, parece figurar também na linha argumentativa dos representantes do agronegócio uma defesa incólume da legalidade, dos princípios democráticos, do “Estado de Direito”, obviamente não pelas afinidades às bases desses conceitos, mas sim como uma maneira eficiente de travestir os interesses e as práticas dos agronegócios. (p. 27)

Esse complexo processo de construção discursiva fundamenta ações e expressões de determinados grupos sociais não apenas no espaço agrário brasileiro, mas também em uma enorme gama de espaços institucionais pelos quais essa lógica do agronegócio se enraíza e se fortalece no Brasil, alimentando e sendo alimentado pelos debates internacionais, dada a nova configuração do sistema alimentar global.

No seu estudo sobre a construção política da palavra “agronegócio” no Brasil, Bruno (2009) identificou alguns “supostos” chaves nas argumentações de lideranças do agronegócio brasileiro que também contribuem para as análises propostas no presente artigo, incluindo: (i) o princípio da valorização de [lideranças do setor do agronegócio] e desqualificação do “outro”, o “outro” sendo os trabalhadores rurais, os agricultores pequenos e os movimentos sociais no campo; ii) “a crença na ausência de alternativas históricas outras além do agronegócio”, sendo este considerado uma atividade de grande importância para o país, especialmente pela capacidade de geração de riqueza; iii) “o agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de todos”, sendo reconhecido como uma atividade produtiva, rentável e moderna.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É preciso esclarecer que o discurso dos atores sobre a relação entre a pecuária de corte nacional e a segurança alimentar mundial não foi um tópico previamente incluído na investigação proposta na Tese e, inclusive, não estava inserido nas questões do roteiro que orientou as entrevistas realizadas. No entanto, a argumentação baseada nessa relação esteve presente de forma marcante no discurso dos representantes do setor produtivo, o que nos levou a aprofundar a investigação e as análises nesse sentido. Dez dos 12 entrevistados – o equivalente a mais de 80% dos atores – consideraram em seus discursos de forma direta ou indireta as questões relativas à segurança alimentar mundial. Esse tópico esteve presente de forma mais enfática no discurso dos representantes de instituições envolvidas com a comercialização internacional dos produtos da pecuária, como as indústrias frigoríficas e as associações que as representam.

Para a apresentação dos dados, selecionamos trechos dos discursos dos atores e organizamos os seus argumentos em três temáticas proeminentes: 1) Incerteza quanto à capacidade de suprir a demanda futura de alimentos de uma população mundial crescente; 2) O Brasil como um dos principais países responsáveis pela produção de alimentos e pela segurança alimentar mundial, sobretudo devido à produção de soja e carne; 3) Naturalização do aumento do consumo de carne associado ao aumento de renda. A Tabela 1 apresenta os dados organizados, na qual optamos por não identificar as instituições.

Tabela 1 – Argumentos sobre a relação entre a pecuária nacional e a segurança alimentar.

Instituição entrevistada	Principais argumentos apresentados	Papel do Brasil na produção de alimentos	Naturalização do aumento do consumo de carne
<p>Indústria Frigorífica A (Frig-A)_</p>	<p>A pecuária produz alimento e esse alimento é consumido por todas as camadas da população – a produção não só de carne, mas de alimentos de uma maneira geral. Existe um grande equívoco de que o produtor rural é um vilão da natureza. [...] A produção primária é fundamental para a existência da humanidade, se não tiver comida... inclusive as projeções populacionais do mundo, que deverão atingir nas próximas décadas mais de 9 bilhões de pessoas, quer dizer, o risco é não ter comida para esse povo todo.</p>	<p>[...] aqui nós temos vocação para o agronegócio, nós temos clima, nós temos solo, nós temos área, temos topografia, temos hoje tecnologia disponível para produzir mais e melhor. [...] Por exemplo, hoje o Brasil é um dos mais importantes produtores de carne do mundo e o maior produtor de soja do mundo. Isso é uma conquista, um país subdesenvolvido ter tanta tecnologia que consegue alimentar o resto do mundo.</p>	<p>[...] na última década, essa questão da redistribuição de renda, a nova classe média, quando as pessoas começam a ter mais acesso à renda, primeiro elas vão procurar se alimentar melhor. Então teve um crescimento de demanda de carne.</p>
<p>Indústria Frigorífica B (Frig-B)</p>		<p>O Brasil está em posição privilegiada, porque tem terras, tem água, tem gente, tem insumos e é o país que fornece e vai fornecer essa demanda de proteína, principalmente para esses países em desenvolvimento, na China, no Oriente Médio, Rússia. [...] Eu acho que o grande fornecedor de proteína para o mundo vai ser o Brasil, é fato.</p>	<p>[...] eu acho que existe sim essa relação entre o aumento da renda e o aumento do consumo de carne. [...] Nós temos mercados famintos por carne.</p>

Instituição entrevistada	Principais argumentos apresentados		Naturalização do aumento do consumo de carne
	Incerteza quanto à capacidade de suprir a demanda futura de alimentos	Papel do Brasil na produção de alimentos	
<p>Indústria Frigorífica C (Frig-C)</p>		<p>Segundo o relatório da FAO, o Brasil, em 2050, terá que produzir 43% a mais de alimento, não só carne, soja também, porque nós somos os maiores exportadores de soja. É um grande desafio e se não tiver tecnologia para isso, nós vamos continuar na verdade em um modelo extensionista de baixa tecnologia e grande ocupação territorial.</p>	<p>[...] eu acredito que 2050 terá uma boa oportunidade para que o mundo tenha acesso a uma boa alimentação, elevando o nível de proteína ingerida, que está totalmente ligada à questão nutricional e social. Alguns estudos apontam a importância disso, da carne, derivados de leite para o teor nutricional das pessoas.</p>
<p>Associação das Indústrias A (AssocInd-A)</p>	<p>Nós vivemos no passado muita incerteza, com agricultura com baixa produtividade, baixa tecnologia [...]. O Brasil não produzia soja, agora produz muito [...] o risco da fome existia naquela época, no final do século passado. A gente não convive com esse pânico da fome, a gente hoje percebe que não há falta de alimento, há problemas na distribuição. No futuro pode ser que a sociedade viva esse trauma de novo, aí isso (a preservação ambiental) terá que ser revisto.</p>	<p>[...] o Brasil hoje é o maior rebanho, falta tecnologia para sermos os maiores produtores. Os EUA têm metade do nosso rebanho e produz 40% mais que a gente por causa de tecnologia. Somos o maior exportador. O Brasil tem essa vocação, se você não for líder mundial nisso, vai ser em quê? Por que você tem que ser líder mundial? Pra contrabalancear a dependência da tecnologia.</p>	

Instituição entrevistada	Principais argumentos apresentados Incerteza quanto à capacidade de suprir a demanda futura de alimentos		Papel do Brasil na produção de alimentos	Naturalização do aumento do consumo de carne
Associação das Indústrias B (AssocInd-B)		<p>Eu citei o exemplo da Indonésia, então o que acontece? Nos mercados onde você têm esses preços, as <i>commodities</i> variando muito, têm muitos países que optam por “vamos fomentar nossa autossuficiência”. Então você pega a Indonésia, que é um arquipélago de 17.000 ilhas. Eles querem produzir boi e aí eles estão barrando a entrada de produto brasileiro. Eles colocam um monte de barreiras protecionistas para proteger a produção deles, então você está desperdiçando recurso e espaço que a Indonésia não tem, para produzir um negócio que a gente produziria a um custo muito mais baixo e com muito menos recurso. [...] eu acho que a liberalização do comércio tem um papel importante porque você vai produzir onde você tem condições de produzir.</p>	<p>Tem uma parte muito grande da população com baixo consumo de proteína e que está com aumento de renda e urbanização, principalmente na Ásia. [...] A China tem um peso muito grande, mas tem outros países como a Malásia, Indonésia. Esses países têm uma população muito grande que está tendo um crescimento de renda muito grande, então, o consumo de proteína é diretamente ligado à renda familiar, se aumenta a renda, aumenta essa demanda.</p>	
Associação de Produtores A (AssocProd-A)		<p>A gente passa por um momento de transformação, até pouco tempo atrás, há 40 anos nós éramos os maiores importadores de alimentos, em 40 anos, o agronegócio explodiu, isso é fato. O que ocorreu é que em 40 anos nós passamos a ser os maiores produtores de alimentos do mundo, tanto em grãos, quanto carne, um dos maiores.</p>	<p>Nós observamos que, por pesquisas feitas por outras instituições, que quando aumenta o poder aquisitivo das pessoas, o primeiro item que entra na cesta básica é a carne, então, as pessoas desejam comer. O consumo está aumentando muito, internamente e mundialmente.</p>	

Instituição entrevistada	Principais argumentos apresentados Incerteza quanto à capacidade de suprir a demanda futura de alimentos	Papel do Brasil na produção de alimentos	Naturalização do aumento do consumo de carne
<p>Associação de Produtores B (AssocProd-B)</p>			<p>A carne vermelha é insubstituível como alimento, devido às qualidades intrínsecas como alimento. Ela é um superalimento. Como eu vou chegar nos países da África Subsaariana e no Nordeste brasileiro e dizer: vocês não podem comer carne porque vai ficar muito caro por questões ecológicas? A sociedade precisa lidar com isso. A cadeia produtiva da carne tem o seu papel nesses bolsões de pobreza, porque é um superalimento. Se der um pouco de carne para as crianças da África, você dá condições dessa pessoa ter um desenvolvimento completo. Porque não tem outro alimento no mundo que supra a necessidade de proteína que a gente precisa. [...] Então precisa ter produtos de carne baratos para chegar até essas pessoas e elas têm que ter condições de comprar também.</p>
<p>Associação de Produtores C (AssocProd-C)</p>		<p>O papel do Brasil é fundamental para garantir o alimento no futuro. Somos um dos maiores produtores de proteína animal. Podemos dar orientação ao mercado e estabelecer referência sobre o assunto.</p>	

Instituição entrevistada	Principais argumentos apresentados	Papel do Brasil na produção de alimentos	Naturalização do aumento do consumo de carne
<p>Associação de Produtores D (AssocProd-D)</p>	<p>Incerteza quanto à capacidade de suprir a demanda futura de alimentos</p> <p>Até pouco tempo atrás era importante produzir, aumentar a produção de forma acelerada. Mas nós tivemos um crescimento intensivo, um crescimento vertical, com intensificação e sem abrir novas áreas. As tecnologias que temos ainda nos permitem crescer mais e produzir muito alimento, pelo menos para os próximos 20 ou 30 anos, depois teremos que rediscutir muitas questões.</p>	<p>Papel do Brasil na produção de alimentos</p> <p>O Brasil tem muito potencial para garantir a segurança alimentar não só da população brasileira, mas também mundial, abastecendo o mercado mundial. Hoje temos tecnologias que permitem o avanço de produção, intensificando produção de carne, madeira e culturas agrícolas, principalmente aquelas guiadas pelo mercado. Se precisar de culturas básicas, culturas de cesta básica, de abastecimento, podemos produzir através de políticas públicas. Mas também precisa desenvolver o país, produzir culturas para o mercado externo, como soja e milho.</p>	
<p>Associação de Produtores E (AssocProd-E)</p>		<p>Essas imposições que acontecem vêm exatamente dessas pessoas que não conhecem o campo, não conhecem a atividade, o cidadão que é formado lá na USP, que senta nos botecos do Leblon, que não conhece a nossa [...] O que esse povo conhece de campo? Conhece de natureza? Existe um agronegócio eficiente que preserva o ambiente e produz comida para o mundo todo.</p>	

Considerando os dados apresentados, é possível observar que um dos elementos incorporado na elaboração discursiva em relação à segurança alimentar foi a “bandeira do combate à fome” (PORTO, 2014). Esses argumentos estão notadamente presentes nos discursos dos atores “Indústria Frigorífica A” (Frig-A), “Associação das Indústrias A” (AssocInd-A) e da “Associação de Produtores D” (AssocProd-D) (eixo temático “Incerteza quanto à capacidade de suprir a demanda futura de alimentos”). Esses discursos comunicam uma visão catastrófica da necessidade de produção urgente de alimento perante uma população mundial em franco crescimento, omitindo o reconhecimento da questão ambiental e os riscos para a produção de longo prazo gerados pelo modelo de produção intensivo adotado, além das questões sociais ligadas à desigualdade.

A “bandeira do combate à fome” integra também a concepção do Brasil como celeiro do mundo, considerado um país de território continental com todos os quesitos ambientais necessários para produzir carne de forma mais sustentável e barata em comparação a outros países. De forma complementar a ele, é um argumento a favor da liberalização do comércio de alimentos. Considerando esse ponto de vista, apresentado por todos os atores entrevistados, exceto pela “Associação Representante de Produtores B” (AssocProd-B), o Brasil assumiria o papel de fornecer alimento de qualidade, carne em especial, a preços baixos para países que não teriam condições de produzi-lo por questões territoriais, climáticas, tecnológicas, ou até mesmo por questões jurídicas relacionadas a conflitos por posse de terra, entre outros.

Observa-se, portanto, um exercício discursivo colocando a pecuária nacional como principal opção perante os desafios lançados à segurança alimentar mundial devido ao aumento do consumo de carne. A manutenção dessa forma de organização do sistema alimentar é posta como verdade (PORTO, 2014), embora existam tensões importantes relacionadas a práticas insustentáveis desse setor produtivo e, também, em relação ao papel da liberalização do comércio na manutenção da fome mundial (McMICHAEL, 2005). A análise mais detalhada do discurso do representante AssocInd-B exemplifica a construção deste argumento: a partir de casos singulares, citando países como a Indonésia e a Arábia Saudita – que apresentam condições específicas em relação à produção de carne – reforça a partir de exceções, a importância da pecuária nacional de forma generalizada, advogando também os princípios da economia neoliberal perante o enfrentamento da insegurança alimentar, claramente explícito nesta afirmação: “eu acho que a liberalização do comércio tem um papel importante porque você vai produzir onde você tem condições de produzir”.

Outro argumento recorrente no discurso dos atores alega que as formas inovadoras, modernas e eficientes de produção praticadas pelo agronegócio permitiram o aumento da produção de alimentos, o que nos remete ao “suposto” elencado por Bruno (2009): “agronegócio como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de todos”. Entre os discursos dos atores sociais entrevistados (Frig-A, AssocProd-A, AssocProd-B, AssocInd-B), os exemplos do aumento da produção brasileira da soja e da carne e o domínio do mercado internacional desses dois produtos foram citados como conquistas relevantes para o enfrentamento da insegurança alimentar.

Uma análise superficial poderia validar essas argumentações, pois, de fato, observa-se um aumento considerável na safra de grãos e na quantidade de carne produzida nas últimas décadas. Tomando como exemplo o caso dos cereais – uma categoria de produtos com grande relevância para a alimentação dos brasileiros – observou-se um salto na produção nacional: na década de 1990, a produção média per capita de grãos foi de 450 kg/pessoa, enquanto que entre 2003 e 2013, a média foi de 707,7 kg/pessoa (TEIXEIRA, 2013). No entanto, uma análise detalhada em relação a esse ganho de produção revela uma perda para a segurança alimentar nacional, pois os cereais que compõem a alimentação cotidiana da população brasileira, como o feijão e o trigo, apresentam queda na produção e/ou aumento da importação, enquanto os grãos direcionados ao mercado externo estão em pleno avanço. De acordo com as projeções do agronegócio divulgadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2014), a produção de feijão no Brasil, por exemplo, deve diminuir de 3,7 para 3,2 milhões de toneladas no período entre os anos 2013/14 e 2023/24, enquanto as importações aumentarão 24% nesse mesmo período.

Analistas concluem que, de modo global, o projeto “modernista” dominante em processos de políticas públicas relacionados aos alimentos e à agricultura tem falhado, no sentido de gerar resultados sustentáveis para muitas populações pobres em países menos desenvolvidos (por exemplo, THOMPSON; SCOONES, 2009) o que se aplica também ao Brasil. A expansão das monoculturas brasileiras afeta diretamente a produção de outras culturas, predominantemente substituindo a produção diversificada de alimentos para o consumo interno por culturas que não são consumidas por humanos (GOMES; GOMES, 2014). Com isso, o país está cada vez mais dependente da importação de alimentos básicos “num contexto de elevadas vulnerabilidades da oferta mundial por conta, em particular, dos cada vez mais frequentes e intensos sinistros climáticos derivados do processo de aquecimento global” (TEIXEIRA, 2013, p. 28).

Existem ainda as ameaças à segurança alimentar relacionadas à expansão da fronteira agrícola em áreas de vegetação nativa, também como consequência da atual ênfase no consumo de carne. No Brasil, a maior produção de carne e de soja (em grande parte exportada para fabricação de ração para animais) ocorre no Cerrado, com a rápida expansão da fronteira agrícola em áreas remotas e preservadas ao norte. Os resultados são potencialmente trágicos para o bem-estar humano, para a conservação da biodiversidade e para a própria segurança alimentar no Brasil. Os inúmeros serviços ecossistêmicos oferecidos pela vegetação nativa do Cerrado, incluem regulação climática e abastecimento de água potável limpa para a maior parte do Brasil, mantém o sistema aquífero subterrâneo Guarani, alimentando oito das 12 regiões hidrográficas do Brasil e águas atmosféricas ou subterrâneas para outras regiões e países. Isso significa que a estabilidade e o funcionamento dos ecossistemas circundantes em todas essas regiões – e sua produção de alimentos – dependem fortemente da integridade biológica do Cerrado, que está sendo degradado por ganhos econômicos de curto prazo, principalmente devido à produção de carne e de soja (LAHSEN *et al.*, 2016).

Observa-se, portanto, um paradoxo: em detrimento da segurança alimentar nacional prioriza-se o aumento da exportação de produtos agropecuários, justamente sob o argumento de garantir a segurança alimentar global.

Fortalecendo esse paradoxo, foi possível observar outro elemento marcadamente presente no discurso dos entrevistados: a naturalização do aumento do consumo mundial de carne. A relação direta entre o aumento de renda e o aumento do consumo é dada como fato invariável e definitivo, sem um questionamento sobre os elementos circunstanciais que levam a isso, e sem uma análise crítica sobre as consequências dessa tendência, conforme é possível observar no discurso de diversos entrevistados (Frig-A, Frig-B, Frig-C, AssocInd-A, AssocInd-B, AssocProd-A e AssocProd-B).

As evidências de uma segunda transição alimentar desmentem essa naturalização do aumento do consumo desse alimento atrelado ao aumento de renda. Paterson (2001) também desmistifica essa naturalização, argumentando que o consumo de carne é encharcado de significados culturais, e as dietas abundantes em carne estão associadas à reprodução de várias formas de poder social. Uma delas seria a masculinidade, em que o consumo de carne estaria relacionado à multiplicação da cultura patriarcal. A outra seria a dominação, pois expressaria o poder do humano sobre o resto da natureza de forma bastante clara, relacionada à quantidade de recursos necessários para a sua produção. E, por fim, a carne seria um símbolo de modernidade e riqueza, tanto que a associação entre a carne e a modernidade teria produzido uma política global em que o aumento do consumo de carne foi tomado como um indicador de modernização nos países em desenvolvimento.

Ainda, a concepção da carne como “insubstituível” (AssocProd-B) contradiz a ciência da nutrição, segundo a qual dietas vegetarianas e veganas planejadas são adequadas em termos nutricionais, além de gerarem benefícios para a saúde tanto na prevenção como no tratamento de algumas doenças (CRAIG; MANGELS, 2009).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos dos entrevistados se aproximam do discurso econômico hegemônico identificado por Bruno (2009) e Porto (2014). Alinhado com a reorganização do sistema alimentar mundial, esse

discurso relaciona segurança alimentar ao comércio internacional, em um contexto de mercantilização dos alimentos e reprimarização da economia dos países periféricos. Somados, esses fatores levam a uma desorganização dos sistemas locais de produção e à degradação ambiental, levando à insegurança alimentar em longo prazo.

Como forma de contestação desse modelo, a dissecação desses discursos nos fornece caminhos para a formulação de questões científicas que podem contribuir para a construção de modelos alternativos perante o desafio da segurança alimentar. Referimo-nos a questões relativas aos padrões de consumo e à apropriação de recursos naturais vinculada à busca pelo crescimento econômico ilimitado.

A naturalização do consumo de carne e da sua associação (cultural e circunstancial) com a emergência social observada no discurso dos entrevistados efetua/representa o processo político de “fechar” (“*close down*”) considerações e expressões de outras maneiras de entender o fenômeno de carne no Brasil, contrariamente ao que seria um processo de “abrir” (“*open up*”) narrativas e, com elas, deliberações mais inclusivas/amplas relacionadas à definição de futuros coletivos (STIRLING, 2008). A abertura para uma variedade de narrativas e considerações corresponde à pluralidade real de possibilidades e é um elemento fundamental para conseguir definição e realização de possibilidades mais desejáveis, sustentáveis e democráticas (SCOONES *et al.*, 2015; STIRLING, 2008). Porém, é notável a ausência de consideração de tal pluralidade em narrativas de desenvolvimento agrícola de forma geral (SCOONES, 2009), inclusive no Brasil, ao menos como sugerido pelos dados e autores encontrados neste estudo. Na medida em que o poder e o controle da agricultura corporativa aumentam, ou em que a importância das tarifas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e regimes de subsídio se intensificam, tais questões políticas são cada vez mais pertinentes (THOMPSON; SCOONES, 2009).

É importante destacar que, embora assumamos que o debate sobre o consumo da carne seja importante para repensar a organização de todo o sistema alimentar mundial, admitimos que tal discussão é extremamente complexa e deve ser analisada profundamente. Reduzir o excesso de consumo de carne a partir de impostos e mudanças na legislação certamente irá restringir o acesso aos consumidores mais pobres, justamente aqueles que mais dependem das proteínas animais para manterem-se saudáveis (FAO, 2011). Por outro lado, em circunstâncias favoráveis, é possível e desejável – do ponto de vista de ética e de saúde humana e ambiental – se alimentar predominantemente com produtos de base vegetal (PIMENTEL; PIMENTEL, 2003).

Também vale notar a importância de viver em harmonia com os seus valores ambientais. Considerando que os brasileiros expressam grande preocupação com as ameaças associadas às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade (LEISEROWITZ, 2007; PEW CENTER, 2015) e, como nação, incoerentemente estão entre os maiores consumidores mundiais desse alimento (CHEMNITZ; BECHEVA, 2014), haveria ganhos com a redução do consumo de carne e, assim, uma contribuição com o enfrentamento de ambos os problemas, além da redução dos riscos de câncer associados com o consumo de certos produtos de carne.

O desafio é conseguir também um ambiente discursivo melhor adaptado a diálogos amplos, participativos, e bem informados quanto à variedade de riscos e alternativas existentes, uma condição desejável para deliberação nacional sobre os “*trade-offs*” complexos e escolhas coletivas que minimizam e mitigam as ameaças para a saúde das pessoas e do ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABIEC. Exportações Brasileiras de Carne Bovina. **Relatório Anual**. 2015. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/download/relatorio-anual-2015.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio: Brasil 2013/2014 a 2023/2024 projeções de longo prazo**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: MAPA/ACS, 2014.

BRUNO, R. Agronegócio, palavra política. In: BRUNO, R. *et al.* **Um Brasil ambivalente**: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

BUSTAMANTE, M. M. C. *et al.* Estimating greenhouse gas emissions from cattle raising in Brazil. **Climatic Change**, v. 115, p. 559-577, 2012.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra**, Edição Especial, Julho, 2013.

CHEMNITZ, C.; BECHEVA, S. (Ed.) **Meat atlas**: facts and figures about the animals we eat. Berlin: Heinrich Böll Stiftung and Friends of the Earth Europe. 2014. Disponível em: <http://www.foeeurope.org/sites/default/files/publications/foee_hbf_meatatlas_jan2014.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CLAPP, J.; FUCHS, D. **Agrifood corporations, global governance, and sustainability: a framework** for analysis. In: CLAPP, J.; FUCHS, D. (Org.). *Corporate power in agrifood governance*. Cambridge: The MIT Press, 2009.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v.1, n. 2, p. 41-69, 2013.

CRAIG, W. J.; MANGELS, A. R. Position of the American Dietetic Association: vegetarian diets. **Journal of the American Dietetic Association**, v. 109, n. 7, p.1266-1282, 2009.

DELGADO, G. C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)**, edição especial, 61-68, jun. 2013.

FAO; IFAD; WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, FAO, 2015

FAO. **World Livestock 2011** – Livestock in food security. Rome, FAO, 2011

FOLEY, J.A. *et al.* Solutions for a cultivated planet. **Nature**, v. 478(7369), p. 337-342, 2011.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GODFRAY, H. C. J. *et al.* Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, v. 327, p. 812-818, 2010.

GOMES, R. M.; GOMES, N. Questão Agrária atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. **Revista Reforma Agrária**, v. 1, n. 02, 2014.

HERRERO, M.; THORTON, P. K. **Livestock and global change**: emerging issues for sustainable food systems Proc Natl Acad Sci USA, v. 110, p. 20878-20881, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

LAHSEN, M.; BUSTAMANTE, M.; DALLA-NORA, E. “Undervaluing and Overexploiting the Brazilian Cerrado at Our Peril.” **Environment: science and policy for sustainable development**, v. 58, n. 6, p. 4-15, 2016.

LEISEROWITZ, A. “International public opinion, perception, and understanding of global climate change.” **Human development report**, n. 2008, p. 1-40, 2007.

MACEDO, M. C. M.; KICHEL, A. N.; ZIMMER, A. H. **Degradação e alternativas de recuperação e renovação de pastagens**. Campo Grande: Embrapa CNPQC, 2000. (Comunicado Técnico, 62)

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. **Caderno Segurança Alimentar**. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l’Homme, Red Agriculturas Campesinas, Sociedades y Globalización (APM), 2001.

McMICHAEL, P. Global Development and the Corporate Food Regime. **Research in Rural Sociology and Development**, v. 11, p. 269-303, 2005.

_____. The impact of globalisation, free trade and technology on food and nutrition in the new millennium. **Proc Nutr Soc**, v. 60, p. 215-220, 2001.

PATERSON, M. **Understanding Global Environmental Politics**: domination, accumulation and resistance. London: Macmillan, 2001.

PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. H. Sustainability of meat-based and plant-based diets and the environment. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 78, p. 660S-663S, 2003.

PORTO, J. R. S. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”. **Revista Nera**, Ano 17, n. 25, p. 24-46, 2014.

RANGANATHAN, J. *et al.* **Shifting diets for a sustainable food future**. Working paper, installment 11 of creating a sustainable food future. World Resources Institute, Washington, DC, USA, 2016.

REA, L.; PARKER, R. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira Thomson, 2000. 272p.

ROCKSTROM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 2009.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94.

SCOONES, I., LEACH, M., NEWELL, P. **The politics of green transformations**: Routledge, 2015.

SCOONES, I. Livelihoods Perspectives and Rural Development. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 171-197, 2009.

SILVA, M. A. Altura de pastejo em pastagem consorciada de *Brachiaria brizantha* e *Arachis pintoi*. 102 p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

STEHFEST, E. *et al.* Climate benefits of changing diet. **Climatic Change**, v. 95, p. 83-102, 2009.

STIRLING, A. “‘Opening Up’ and ‘Closing Down’: power, participation, and pluralism in the social appraisal of technology.” **Science, Technology and Human Values**, v. 33, n. 2, p. 262-294, 2008.

SVAMPA, M. Resource extractivism and alternatives: Latin American perspectives on development. **Journal für Entwicklungspolitik**, v. 28, n. 3, p. 43-73, 2013.

TEIXEIRA, G. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)**, edição especial, p. 61-68, jun. 2013.

THOMPSON, J.; SCOONES, I. “Addressing the dynamics of agri-food systems: an emerging agenda for social science research.” **Environmental science & policy**, v. 12, n. 4, p. 386-397, 2009.

THORNTON, P. K. *et al.* The impacts of climate change on livestock and livestock systems in developing countries: a review of what we know and what we need to know. **Agricultural Systems**, v. 101, p. 113-127, 2009.

VRANKEN, L. *et al.* Curbing global meat consumption. Emerging evidence of a second nutrition transition. **Environmental Science and Policy**, v. 39, p. 95-106, 2014.

WESTHOEK, H. *et al.* **The protein puzzle**: the consumption and production of meat, dairy and fish in the European Union. The Hague: PBL Netherlands Environmental Assessment Agency, 2011.